




O OUTRO NORDESTE: DJACIR MEZENES E A SOCIOLOGIA DO SERTÃO¹

THE OTHER NORTHEAST: DJACIR MEZENES AND THE SOCIOLOGY OF THE HINTERLAND

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2023.v15.19357>

Alexandre Barbalho

Universidade Estadual do Ceará

 <https://orcid.org/0000-0003-4612-6162>
alexandrealmeidabarbalho@gmail.com

Recebido em 04 de setembro de 2023.

Aceito em 04 de novembro de 2023.

RESUMO: O objetivo do artigo é analisar a publicação do livro *O outro Nordeste* situando-o na trajetória de seu autor, Djacir Menezes, e das ciências sociais da época, dando atenção especial à questão do regional e do nacional. Trata-se de uma abordagem que dialoga com o campo de estudos sobre o pensamento social brasileiro e, nesse sentido, busca sintetizar as duas perspectivas que marcam esse campo: a contextual, que situa a produção da obra em sua conjuntura espaço-temporal, e a internalista, que foca na análise do texto situando-o em uma história das ideias.

ABSTRACT: The objective of the article is to analyze the publication of the book *O outro Nordeste*, placing it in the trajectory of its author, Djacir Menezes, and of the social sciences of the time, giving special attention to the issue of the regional and the national. It is an approach that dialogues with the field of studies on Brazilian social thought and, in this sense, seeks to synthesize the two perspectives that mark this field: the contextual one, which situates the production of the work in its space-time context, and the internalist, which focuses on the analysis of the text by placing it in a history of ideas.

Palabras-clave: Nordeste; Cultura; Pensamento Social; Intelectual

Keywords: Northeast; Culture; Social Thought; Intellectual

¹ Este artigo foi apresentado no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia no Grupo de Trabalho História da Sociologia. O autor é grato aos comentários feitos pelos coordenadores do GT e pelos participantes.

Em 1937, Djacir Menezes, então com trinta anos, publicou pela coleção “Documentos Brasileiros”, da editora José Olympio (JO), seu livro *O outro Nordeste. Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Na ocasião, Menezes era um intelectual de província atuante em Fortaleza e, apesar da pouca idade, pertencia a instituições consagradas e consagradoras da intelectualidade local, como o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e a Associação Cearense de Imprensa.

No ano em que publicou seu ensaio, ajudou a fundar e foi o primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, onde tornou-se professor de economia política. Ainda residindo no estado, ocupou postos importantes tais como: membro eleito da National Geographic Society (1939), professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará (1930), fundador da Academia de Comércio do Ceará (1940), representante da Faculdade de Direito no I Congresso de Direito Social, reunido em São Paulo (1941) e membro da câmara de previdência social do Conselho Nacional do Trabalho (1941).

Mas foi a partir de sua transferência para o Rio de Janeiro, em 1941, para lecionar na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas que sua trajetória ganhou vulto. Tornou-se um reconhecido filósofo e ocupou, entre outros relevantes postos institucionais e acadêmicos no Brasil e no exterior, o cargo de reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1958 a 1973.

Tendo se filiado ao Instituto Brasileiro de Filosofia, importante centro voltado à história do pensamento político fundado em 1949 por Miguel Reale, Menezes publicou em 1956 *O Brasil no pensamento brasileiro*, reunindo artigos de diversos autores. A lógica que guiou a coletânea, como indica Christian Lynch, era a dos “problemas do desenvolvimento (isto é, da superação do ‘atraso’) e representativos do ‘alvorecer da consciência nacional’” (LYNCH, 2013, p. 750). Com um tom pedagógico e patriótico, o mérito da obra seria, na visão de Menezes, selecionar ensinamentos sobre os referidos problemas e “levar o leitor a ‘amar a Pátria na Verdade e na Justiça, com a verificação de seus valores autênticos, que os há reconhecidos e reconhecíveis’” (LYNCH, 2013, p. 750).

A despeito de sua obra volumosa e dos cargos que ocupou, Djacir Menezes é um pensador pouco conhecido na contemporaneidade e *O outro Nordeste*, mesmo tendo sido publicado por uma editora de prestígio, não se tornou uma referência “nacional”, como comprova o fato de ter tido apenas duas outras

edições – a segunda em 1965 pela Arte Nova do Rio de Janeiro e a terceira pela Waldemar Alcântara de Fortaleza em 2018 – além da reimpressão promovida pelo programa editorial Casa de José de Alencar, da Universidade Federal do Ceará.

Diante desse contexto, o objetivo do artigo é analisar *O outro Nordeste* situando-o na trajetória de Djacir Menezes e das ciências sociais da época, dando atenção especial à questão do regional e, portanto, do nacional. Trata-se de uma abordagem que, ao investigar a atuação de um intelectual, dialoga com o campo de estudos sobre o pensamento social brasileiro e, nesse sentido, busca sintetizar as duas perspectivas que marcam esse campo: a contextual, que situa a produção da obra em sua conjuntura espaço-temporal, e a internalista, que foca na análise do texto situando-o em uma história das ideias (MARTINS, 2018; SCHWARCZ; BOTELHO, 2011). A proposta justifica-se quando se compreende, como defende David Simões, que “pensar o pensamento” é um esforço relevante para o entendimento “sobre as continuidades e mudanças das nossas concepções, da formação social e identitária, da cultura e das instituições políticas” (SIMÕES, 2015, p. 04).

O artigo está dividido em duas partes, seguidas das considerações finais. Na primeira é situada a trajetória de Djacir Menezes e o contexto cultural no qual estava inserido. A segunda aborda as condições de publicação de *O outro Nordeste* e suas ideias centrais.

O jovem intelectual e o espaço de produção simbólica na província

Djacir Menezes nasceu em Maranguape, cidade próxima à Fortaleza, em novembro de 1907. Descendia de família com várias personalidades de destaque na história econômica, política e cultural do Ceará, os Bezerra de Menezes, dentre eles, o brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, militar e político atuante nos movimentos de disputa entre conservadores e liberais, que marcaram a região do Cariri cearense na primeira metade do século XIX, e tido como o fundador da cidade de Juazeiro do Norte (ROCHA FILHO, 1916). Por sua vez, um neto do brigadeiro e seu homônimo, foi político e filósofo, tendo defendido no Parlamento os bispos de Olinda e do Pará durante a Questão Religiosa ocorrida no Segundo Império, quando os referidos bispos interditaram as irmandades que possuíam membros maçons e foram presos em 1874 por desobediência ao Poder Executivo e Mode-

rador (SANTIROCHI, 2017).

O pai de Djacir, Paulo Elpídio de Menezes, era bacharel em Direito, tendo atuado como procurador fiscal do Ceará, jornalista e memorialista. Publicou *O Crato de meu tempo*, cuja primeira edição saiu pela então Universidade do Ceará em 1960, e artigos na revista *Itaytera*, periódico do Instituto Cultural do Cariri, instituição criada em 1953 e que reunia a elite letrada caririense. Nas edições posteriores de *O outro Nordeste*, Djacir vai incorporar várias passagens do livro de seu pai como forma de exemplificar alguns temas abordados.

Não é de se estranhar, portanto, que, na casa paterna, pudesse acessar uma ampla biblioteca e tenha sido educado em línguas estrangeiras, entre as quais o alemão, o que o possibilitou ler, no original, autores que foram fundamentais para a sua trajetória intelectual.

Sobre a sua formação básica, Antônio Paim (1999) narra um episódio que envolveu Djacir Menezes, ainda estudante do Liceu², e o professor catedrático de Filosofia José da Cunha Sombra, um reconhecido intelectual local, autor, entre outros, de *A falência da moral leiga e Feminismo*. Para se contrapor ao mestre, simpatizante do espiritualismo, o jovem aluno cita em sala de aula o pensador alemão e darwinista Ernest Haeckel, que era um dos autores mais lidos na Escola de Recife, na qual se formaram alguns cearenses que se tornariam referência do pensamento social brasileiro, como Farias Brito e Clóvis Beviláqua. O acesso à obra de Haeckel possivelmente foi feita a partir da biblioteca paterna diante da precariedade de livrarias e bibliotecas públicas em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX.

Naquele período, predominava na cidade a figura do intelectual polígrafo – cuja produção era predominantemente ensaística em diversas áreas (literatura, direito, história, geografia etc) e que, além do emprego público e da atuação política, também dava aula e escrevia para jornais e revistas – frente à inexistência de um espaço ampliado de trabalho e de consumo simbólicos, o que poderia garantir maior autonomia do intelectual frente às esferas social e política. Daí, o círculo limitado no qual transitavam esses agentes, de modo que compartilhavam

2 O Liceu do Ceará era o espaço de formação e de sociabilidade dos jovens que iriam se tornar as elites econômicas, políticas e culturais do estado.

os mesmos espaços, leia-se Academia Cearense de Letras (ACL)³ e Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IC). A ACL e o IC eram as duas mais importantes instituições culturais do Ceará, reunindo a elite intelectual do estado, ou seja, aqueles que se consagravam ao serem aceitos naqueles ambientes e, ao mesmo tempo, mantinham seu papel de instâncias consagradoras na medida em que as legitimavam com sua participação. Raimundo Girão ressalta essa proximidade ao afirmar que as duas instituições viviam “a vida de irmãos xifópagos, tal a aproximação, a afinidade que se observa entre uma e outra” (GIRÃO, 1954, p. 287). Com apenas sete anos de diferença entre o surgimento de uma e de outra, juntas agitavam os “negócios na espiritual indústria das belas letras”.

Até mesmo as novas gerações rapidamente se incorporavam a essas agremiações sem que tenham exercido o papel iconoclasta de questionadores da doxa dominante. Em um domínio cultural reduzido, com poucas possibilidades de se assumirem como heterodoxia, os “novos” não pagaram o pedágio do confronto e logo se viram no topo da hierarquia do poder intelectual, dispensando derrubar os “antigos”. É o caso de Djacir Menezes já membro do IC antes dos 30 anos e que entrou na instituição apadrinhado por um de seus fundadores, o Barão de Studart.

Criado em 1887, o IC foi um dos últimos institutos estaduais que surgiram a partir do caso exemplar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Diferente do que ocorreu no domínio literário (ver nota 3), não houve uma tradição de agremiações científicas no Ceará da qual o Instituto fosse herdeiro. Nesse sentido, segundo Geraldo Nobre (1977), o fato determinante para a constituição do IC foi a atuação da Comissão Científica de Exploração no Ceará entre 1859 e 1861. Organizada pelo IHGB e chefiada por Gonçalves Dias, ela permitiu que co-

3 Fundada em agosto de 1894, com o nome de Academia Cearense, e dois anos depois iniciando a edição de sua revista, a ACL foi uma das primeiras academias do gênero no país. A nova entidade fazia parte de uma tradição de grêmios literários que, nas palavras de Sânzio de Azevedo (1982), “pontilham” a história literária do Ceará. Esse contexto remonta à criação em 1870 da Fênix Estudantil e, na sequência, da Academia Francesa (1873), o Clube Literário (1886), o Gabinete Cearense de Leitura (1875), a Padaria Espiritual (1892), o Centro Literário (1894) e a ACL. Foi uma geração privilegiada de intelectuais provincianos, alguns dos quais conquistaram renome nacional, como Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Farias Brito, Antônio Sales, Araripe Júnior, Juvenal Galeno, Oliveira Paiva, Adolfo Caminha, entre outros. Essa lista reúne personagens que são referências para a produção histórica, filosófica, ficcional, folclorista e de crítica literária feita no país. E esse ecletismo marcou a formação da ACL. Ainda segundo Azevedo, os objetivos da academia não eram exclusivamente literários, pois, “ao lado das letras propriamente ditas, abrangia ela o campo das ciências, da educação, ou da arte, de um modo geral” (AZEVEDO, 1994, p. 07).

laboradores locais entrassem em contato com os membros do IHGB, fomentando a ideia de criar uma instituição congênere no estado.

Mas foi a partir de uma agremiação literária, o Gabinete Cearense de Leitura, um centro de estudo que oferecia conferências públicas, aulas de língua e ciências e curso noturno de instrução primária, com o objetivo de ampliar na província o domínio cultural e o interesse pelas questões literárias (BRITO; MARTINS, 2018), que surgiu o IC. O propósito da nova instituição era, segundo sua ata inaugural, “fazer conhecida a história e a geografia da Província e concorrer para a propagação das letras e das ciências no Ceará” (SUCUPIRA, 1977, p. 60), o que ocorria quando das reuniões de seus sócios e, principalmente, por meio de sua revista, iniciada no mesmo ano de criação do IC.

A nova instituição alcançou destaque no cenário intelectual da província, não apenas por suas atividades, mas também por seus integrantes serem reconhecidos em suas diversas áreas de atuação (ensino, jornalismo, profissões liberais), incluindo a política (MENESCAL, 2012). O lugar do IC entre os cearenses dedicados à ciência só vai perder sua centralidade com o surgimento da Universidade do Ceará nos anos 1950 que, paulatinamente, se tornará a instância de formação e de consagração das elites intelectuais locais.

Contando com apenas cinco faculdades, quando ocorreu a publicação de O outro Nordeste – Direito (1903), Farmácia e Bioquímica (1916), Odontologia (1916), Agronomia (1918) e Ciências Econômicas (1936), sendo que Djacir Menezes foi um dos fundadores desta última –, a inteligência cearense, organizada em torno da ACL e do IC, ainda não se esboçava como uma comunidade científica e especializada que, como defende Maria Alice Rezende de Carvalho (2007), prevalecerá no país nas décadas seguintes. Isto porque as referidas faculdades pouco atuavam como centros de produção e inovação científicas e mantinham a função de espaços de socialização das elites locais.

Para esse pouco desenvolvimento do campo cultural cearense concorreram razões variadas, entre as quais as intempéries econômicas e políticas vivenciadas no estado ao longo da Primeira República. Mozart Soriano Aderaldo (1986) aponta que nas duas primeiras décadas do século XX ocorreu um “hiato” nas “lides literárias” cearenses, isso porque muitos de seus intelectuais tinham migrado para outros estados, principalmente para o Rio de Janeiro. Se Aderaldo avalia que esse fenômeno foi motivado pelas conturbações entre as fações políticas locais, pode-se acrescentar as poucas oportunidades de profissionalização e

atuação disponibilizadas para estes agentes⁴.

Por sua vez, com a proximidade entre os domínios intelectual e político, haveria um engajamento de parte considerável dessa intelectualidade na política e nos aparelhos estatais. Em outras palavras, em Fortaleza, os domínios políticos e culturais possuíam ampla área em comum, constituindo um espaço social híbrido que favoreceria os fenômenos que Igor Grill e Eliana Reis denominam de multinotabilidades, multidimensionalidades e multiposicionalidades. No primeiro caso, trata-se de entender como os agentes reúnem e mobilizam “suportes de reputação pessoal em domínios e lógicas específicos ou múltiplos”. No segundo, trata-se das “lógicas” e das “práticas de ação” agilizadas a partir da “pluralidade de registros e de trânsitos possíveis aos agentes em um espaço social relativamente flexíveis”. E no terceiro, como se dá a “vinculação das posições sucessivas e simultaneamente ocupadas pelos agentes (no tempo e no espaço) com a superfície social de que eles dispõem” (GRILL; REIS, 2016, p. 24).

Assim, em 1925, ao concluir o ginasial, Djacir Menezes iniciou o curso de Direito em Fortaleza, concluindo-o em 1930 na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil⁵. A proximidade com a filosofia alemão resultou na sua tese de doutoramento na Faculdade de Direito do Ceará defendida em 1932 intitulada “Kant e a ideia do direito” e publicada em livro no mesmo ano.

Após a formatura, Djacir Mezenes foi inspetor regional de ensino e professor de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade de Direito e de Psicologia na Escola Normal. Antes do lançamento de *O outro Nordeste*, já tinha publicado inúmeras obras sobre direito, economia, filosofia e sociologia e mais de trezentos artigos em revistas e jornais (Quadro 01). A exemplo de *O problema da realidade objetiva*. Crítica às tendências idealistas da filosofia moderna de 1932, fruto de seu “estágio na filosofia biológica”, quando “ruminara darwinismo, bem como o sociologismo consequente que circulava no Nordeste na década de 20” (BEZER-

4 A situação não estaria melhor em meados do século. O educador e poeta Filgueiras Lima, em artigo publicado em 1953, reclamava da situação de submissão intelectual que o “campo das letras” vivia em relação à capital federal, que anulava “qualquer manifestação de vida mental nos Estados” (LIMA, 1953, p. 117).

5 Tal como vinha ocorrendo em âmbito nacional desde o Império (ADORNO, 2019; CARVALHO, 2003), as faculdades de Direito eram o principal núcleo de formação e recrutamento de intelectuais e políticos brasileiros. Já o afirmava Djacir Menezes, em palestra conferida em 1940 ao defender que o papel da Faculdade de Direito do Ceará era “colaborar com o Estado na preparação das suas elites, a fim de se realizar o grande trabalho de harmonia social e política, que é a suprema aspiração dos povos” (MENEZES, 1981, p. 29-30).

RA DE MENEZES, 1986a, p. 07). Sobre esse livro, Paim (1999) argumenta que se relaciona com a preocupação do autor com a cientificidade do direito e sua adoção das teses neokantianas.

A grande maioria de seus livros foi editada em Fortaleza por gráficas que também funcionavam como editoras, com tiragem e circulação limitadas. Contudo, suas obras didáticas sobre Psicologia, Sociologia e Economia foram publicadas pela editora Globo⁶, de Porto Alegre, e o Dicionário psico-pedagógico, prefaciado por Fernando de Azevedo, saiu pela Companhia Editora Nacional⁷, de São Paulo, evidenciando que o jovem intelectual tinha rompido os limites físicos e simbólicos da província e conquistado um lugar no campo cultural brasileiro.

A respeito do Dicionário psico-pedagógico, Miguel Gallegos aponta que a obra é uma das primeiras no Brasil “con el objetivo de recopilar los conceptos psicológicos con un marcado énfasis pedagógico” (GALLEGOS, 2018, p. 08), ainda que Djacir Menezes permaneça um desconhecido entre psicólogos brasileiros. Com o prefácio de Azevedo, que em 1933 tinha lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, a obra se associa ao movimento de renovação pedagógica liderado pelo educador mineiro e integra a bibliografia adotada nas escolas reformadas (DOMINGUES; ZIMMER, 2019).

6 A Globo era uma das maiores editoras do país com foco na publicação de traduções e de autores de ficção gaúchos (BATISTA, 2008), o que torna ainda mais relevante essa inserção de Djacir Menezes em seu catálogo.

7 A Companhia Editora Nacional era uma das maiores do país nos anos 1920 a 1940 com acervo dedicado em grande parte à produção de livros didáticos e de literatura, sendo que os primeiros eram a principal fonte segura de lucro da empresa. Mesmo com a diversificação do catálogo, a editora iria investir em coleções com teor claramente educativo nas áreas da saúde, jurídica, ciências humanas e exatas, a exemplo da Biblioteca das Moças, da Biblioteca do Espírito Moderno, a Biblioteca Pedagógica, da Atualidades Pedagógicas, da Iniciação Científica e da Brasileira (RODRIGUES; MIRANDA; DE ALMEIDA TOLEDO, 2015).

Quadro 01: Obras de Djacir Menezes de 1927 a 1937, excetuando os artigos publicados em jornais.

LIVROS E OPÚSCULOS	Filosofia	O problema da realidade objetiva: críticas às tendências idealistas da filosofia moderna. Fortaleza. Tipografia Gadelha, 1932. 144p. (Dedicado à memória do Prof. José Sombra).
		Kant e a idéia do direito. Fortaleza. Tip. Minerva, 1932. 13p. (Tese de doutoramento – Faculdade de Direito do Ceará).
		Análise científica dos fenômenos históricos. Fortaleza. Tip. Gadelha, 1933. 15p. A teoria científica do direito de Pontes de Miranda. Fortaleza. Est. Gráfico A.C. Mendes, 1934.
		Realismo e nominalismo da filosofia medieval; uma palestra para estudantes. Fortaleza, Ramos & Pouchain, 1935.
		Enunciado da lei natural e vida social: contribuição à sociologia do direito. Fortaleza, Silveira
		Marinho, 1936. 26p. (Texto em alemão: Naturgesetzlichkeit und soziales leben; beitrage zur allgemeinen einfuehrung in die rechtswissen-schaftliche soziologie).
	Crítica Social e Estudos Brasileiros	Diretrizes da educação nacional; significação sociológica da educação; seus fundamentos biológicos. Prefácio José Sombra. Fortaleza, Tip. Gadelha, 1932.
		Direito, socialismo e confusionsismo; 1ª parte. Fortaleza, Minerva. 1934. _____. 2ª parte. Fortaleza, Gráfica Urânia, 1935. 23p. _____. 3ª parte. Fortaleza, Urânia, 1936.
		Naturgesetzlichkeit und soziales leben; beitrage zur allgmeinen Einfuehrung in die Rechtswissens-schaftliche Sociologie. Fortaleza, Verlag Von Silveira Marinho e Cia. 1936.
		A regra jurídica; o problema da indicatividade e da imperatividade na epistemologia jurídica. Fortaleza, Ramos & Ponchain, 1937.
	Didática	Psicologia; precedida de uma introdução anatomo-fisiológica para uso das escolas normais e ginásios equiparados. Porto Alegre, Globo, 1933. 157p. _____. 2ª ed. corrigida e muito aumentada. Porto Alegre, Globo, 1937. 205p. (Manuais Globo).
		Pedagogia. Porto Alegre, Globo, 1935
		Princípios de sociologia; de acordo com o programa oficial. Porto Alegre, Globo, 1934.
		Aspectos da economia nacional. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1934. (Separata da Revista do Instituto do Ceará).
		Introdução à ciência do direito. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1934.
		Dicionário psico-pedagógico. Prefácio Fernando de Azevedo. São Paulo, Cia. Editora nacional, 1935.
		Economia política. Porto Alegre, Globo, 1936.

Artigos e Ensaios	Revistas	A mentira divina. <i>Revista Clóvis Beviláqua</i> . Fortaleza, 1927.
		Processos psicológicos de abstração e generalização. <i>Educação Nova</i> , Fortaleza, 2(9). 1932.
		Aspectos da educação cearense; memória apresentada ao Sr. Ministro da Educação em 1933 como Inspetor Regional do Ensino. <i>Educação Nova</i> , Fortaleza, 2(9):36, 1932.
		Intuição espacial e conceito lógico de continuidade. <i>Revista da Escola Militar</i> , Rio de Janeiro, 14(28), dez. 1934.
		Quantitativismo e metodologia estatística. <i>O Momento</i> . Fortaleza, 1936.
		Energia social e fenômeno jurídico. <i>Ciência do Direito</i> , Rio de Janeiro, 2, 1936.

Fonte: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO (1988)

No conjunto da produção intelectual de Djacir Menezes, *O outro Nordeste*, na avaliação de Geraldo Bezerra de Menezes (1986b), é a sua principal obra de sociologia, qualificada pelo próprio autor como “polêmica”. Pode-se mesmo dizer que se trata de um trabalho isolado no conjunto de livros publicados pelo Menezes até aquele momento, onde se destacam suas reflexões no âmbito jurídico e filosófico. Em nota escrita para a terceira edição, ele revela que logo após este livro começou a escrever o que seria sua sequência e deveria se intitular *Fanatismo e Cangaço*. Era uma época em que ainda vivia no Ceará e, nas suas palavras, “estávamos inteiramente voltados para este tema de sociologia regional, com implicações políticas profundas na vida do país” (MENEZES, 2018, p.180). O material que copilou serviu de base para o capítulo IV “O binômio: o violento e o místico” da referida edição

A publicação de *O outro Nordeste* se deu no mesmo ano em que Menezes entrou para o IC. A relação com o IC não é apenas de pertencimento e de reconhecimento por parte da elite intelectual local, mas também por ter como base de sua obra a produção feita pelos membros daquele Instituto, como se verá na próxima seção.

O outro Nordeste, o livro e suas ideias.

O outro Nordeste se situa no esforço de pensar a nação brasileira que antecede a constituição do campo científico no país, a partir dos anos 1950, com a expansão da rede de universidades públicas federais pelas regiões brasileiras,

daí a adjetivação de “ensaísticos” para designar esses estudos e seu pressuposto caráter pré-científico e ideológico e, assim, diferenciá-los dos propriamente “científicos”.

André Botelho defende que, entre 1920 e 1940, “foram publicados alguns dos mais instigantes estudos sobre a formação da sociedade brasileira que permanecem nos interpelando de várias formas” (BOTELHO, 2010, p. 47), estudos estes que ajudaram a “inventar” o Brasil. Entre aqueles publicados até 1937, Botelho não cita O outro Nordeste e destaca Populações meridionais do Brasil de Oliveira Vianna (1920), Retrato do Brasil de Paulo Prado (1928), Casa-grande & senzala de Gilberto Freyre e Evolução política do Brasil de Caio Prado Jr., ambos em 1933, e em 1936 Sobrados e mucambos de Freyre e Raízes do Brasil de Sergio Buarque de Holanda.

Apesar de publicados em períodos próximos entre si, Botelho argumenta que não parece possível caracterizá-los como uma “unidade estruturada” e, portanto, não expressam “a organização e a atuação de um grupo de indivíduos/autores com interesses coletivos comuns programáticos e deliberados” (BOTELHO, 2010, p. 48). A esse respeito, destaca, entre outros marcadores de diferença entre os autores e seus ensaios, o fato de que, além de sentidos distintos de um ensaio para o outro, o debate sobre a “identidade nacional” compreende momentos muito diferentes entre as décadas de 1920 e 1940. Desse modo, na década de 1920, o debate da identidade da nação partia, em um aparente paradoxo, “da constatação da diversidade e das especificidades de cada uma das regiões brasileiras e da impossibilidade de pensar a sociedade em termos homogêneos” (BOTELHO, 2010, p. 55). Se a tese de Botelho estiver correta, a interpretação de Djacir Menezes – ao ressaltar a diferença da civilização sertaneja daquela patriarcal oriunda do ciclo do açúcar, celebrada por Freyre – é extemporânea, ligando-se mais à geração anterior, a exemplo de Viana e seu já citado Populações meridionais do Brasil, do que à sua, de Sobrados e mucambos e Raízes do Brasil.

Ainda que trate de uma parte específica do território, o sertão, não há razão em desconsiderar Menezes como um intérprete do Brasil, afinal o lugar incontestável de Freyre nesse panteão foi conquistado com uma obra que, no conjunto e em sua parte mais substancial, também fala de e a partir de um recorte específico do Nordeste, o da zona da mata, situada no litoral que vai da Paraíba à Bahia,

A região “Nordeste”, por sua vez, resultou do esforço de regionalização do

país que se deu com o Governo Vargas e a centralização político-administrativa em torno do governo federal, na busca por quebrar as autonomias estaduais que vigoraram na Primeira República. Com isso, uma divisão no interior do Norte (que abrangia da Bahia ao Amazonas) – que já vinha se dando lentamente desde o período colonial a partir de processos distintos (lutas político-administrativas e interesses econômicos comuns às elites, o fenômeno da seca, a produção discursiva, tanto de caráter científico, como os livros de Freyre e Menezes, quanto artística, como os “romances regionalistas”, a unidade religiosa etc) – se institucionalizou como divisão administrativa denominada Nordeste.

É possível apontar, apoiando-se em Denis de Mendonça Bernardes (2007) e em Frederico de Castro Neves (2012), alguns desses dispositivos discursivos que ajudaram a fixar o termo Nordeste antes mesmo de sua existência oficial: 1.o discurso, no Congresso Nacional, do deputado cearense Ildefonso Albano intitulado O secular problema do Nordeste (1917); 2. a tese de Agamenon Magalhães para a cátedra de geografia do antigo Ginásio Pernambucano, O nordeste brasileiro (1921); 3. as crônicas de Paulo Barros intituladas “Impressões do Nordeste” publicadas em O Estado de São Paulo (1923); 4. a fundação do jornal O Nordeste, pela Arquidiocese de Fortaleza (1923); 5. a fundação do Centro Regionalista do Nordeste no Recife (1924); 6. discursos de presidentes e ex-presidentes da República que utilizaram o termo “Nordeste” para defender ou desqualificar políticas para o território (anos 1920); 7. O livro do Nordeste (1925), organizado por Gilberto Freyre; 8. O Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste, reunido em 1926 em Recife, por iniciativa de Gilberto Freyre, e do qual resultou o Manifesto Regionalista; 9. os livros Nordeste de Gilberto Freyre e O Outro Nordeste de Djacir Menezes (1937).

Ambos os livros [Nordeste e O Outro Nordeste] saíram na coleção “Documentos Brasileiros”, criada e dirigida, em sua primeira fase, por Freyre e publicada pela JO. É importante considerar que esta editora ocupava uma posição central no campo cultural brasileiro nos anos 1930 de modo que detinha o poder de consagrar seus autores e autoras. Esse lugar se revela no fato da JO publicar intelectuais situados no amplo espectro político-ideológico da época, da direita integralista à esquerda comunista. Se a “Documentos Brasileiros” reúne um conjunto de temas abordados por perspectivas liberais ou mesmo progressistas, a coleção “Problemas Brasileiros”, da mesma editora, como informa Randal Johnson (1995), era o espaço de divulgação de Plínio Salgado e seu grupo.

O jovem autor cearense tinha consciência do que significou a publicação de seu livro pela JO. Em seu pronunciamento durante a sessão em homenagem aos 50 anos da referida editora em 1986 no Conselho Federal de Cultura (CFC), do qual era membro, Menezes relembra a “sorte” de ter sido um autor da JO. Isso ocorreu porque ele teve oportunidade em Recife de mostrar a Gilberto Freyre o seu trabalho inédito intitulado “Evolução de uma sociedade pastoral nas áreas da caatinga”. Na ocasião, Freyre, com um “golpe de vista” viu “que se tratava de uma outra vertente” de análise do Nordeste e teria dito a Djacir Menezes: “Você está olhando para o outro lado do horizonte. Isso aí é o outro Nordeste, e não aquele que estudei” (MENEZES, 1981, p. 16). Foi Freyre também quem propôs o título, pois achou o anterior “muito acadêmico e muito pernóstico”, e sugeriu: “Vamos adotar um título adaptado ao fato de o livro sair depois do meu” (MENEZES, 1986, p. 47).

Djacir Menezes situa que, em Nordeste, “os olhos de Gilberto estavam voltados para uma área de grande importância histórica, social, política”, enquanto os dele “se voltavam para uma área de beatos e cangaceiros, área das caatingas, daquelas terras semiáridas” (MENEZES, 1981, p. 16). Na leitura de Castro Neves (2012), o sociólogo cearense reafirma, a seu modo, a distinção feita por seu colega pernambucano entre o Nordeste açucareiro de “sangue negro” e “aristocracia feudalóide” e o Nordeste pastoral do “trabalho livre”.

Não deixa de ser irônico que Freyre tenha publicado *O Outro Nordeste* na contramão de seu esforço em combater essa identificação entre Nordeste-sertão-seca e seus derivados: Nordeste-sertão-miséria, Nordeste-sertão-atraso, Nordeste-sertão-fome etc. Se a seca funcionava como um elemento “regionalizador”, a partir do sertão e de um imaginário amplo e complexo, mas que lhe era associado, a Freyre só interessava “nordestinizar” a partir do Nordeste agrário-açucareiro, do Nordeste gordo, ainda que decadente, do Nordeste da água. Essa era a identidade regional e, por metonímia, nacional que lhe interessava em sua disputa com as elites intelectuais, políticas e econômicas do Sul do país.

De fato, sua obra se insere em uma longa linhagem ficcional e jornalística sobre o sertão e a seca (BARBALHO, 2005; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2021). Mas é necessário destacar os trabalhos de cunho historiográfico sobre a “civilização do couro” como nomeou Capistrano de Abreu. Segundo Vinícius Forte, o autor de *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* valorizava “o tipo de fonte documental utilizada por seus conterrâneos e, obviamente, de suas práticas de pesquisa”

e ao enfatizar o papel desempenhado por essa “civilização”, não havia como “desconsiderar a produção historiográfica cearense, pois o desenvolvimento do Ceará está intimamente vinculado com o tipo de povoamento propiciado pela pecuária” (FORTE, 2011, p. 35).

Ainda que houvesse esse lastro anterior, a obra de Menezes é a primeira a reivindicar um fundamento científico, mais precisamente sociológico, para analisar os aspectos sociais do sertão nordestino. Como explicita no prefácio que escreveu para a edição de 1937:

Os traços gerais da evolução social do Nordeste brasileiro, abrangendo a área das caatingas, apanhados neste livro, refletem a minha preocupação manifesta em outros estudos: uma tentativa de aplicação de método científico na pesquisa objetiva dos fatos sociais. É uma breve introdução à sociologia regional que se começa a elaborar (MENEZES, 1995, p. 09).

Contudo, seu estudo não rompe com a tradição ensaística, a despeito de seu esforço conceitual. José Estêvão Arcanjo (1996) ressalta que o propósito de *O outro Nordeste* era ser um estudo rigoroso a partir de uma abordagem objetiva, contrapondo-se, dessa forma, ao determinismo naturalista e ao idealismo que vigoravam até então nas interpretações do Brasil. Essa preocupação estaria presente desde *O problema de realidade objetiva* (1932), quando Djacir Menezes se procurava em “expor os dois pontos principais de sua abordagem: primeiro, utilizar-se da sociologia como conhecimento científico rigoroso e preciso dos fenômenos sociais; segundo, partir de uma orientação materialista que privilegiasse o estudo das relações sociais de produção” (ARCANJO, 1996, p. 81 – *itálicos meus.*). Não é sem razão que o autor dedica uma longa parte do primeiro capítulo, “O ecúmeno do pastoreio nordestino”, a um “estado da arte” sobre os estudos sociológicos mais recentes acerca da relação homem-natureza, onde se referencia em Franz Boas (*Antropology and modern life* em edição de 1929) e B. Rents (*Race and culture contacts*, em edição de 1934).

Mas as “análises concretas” sobre este outro Nordeste, ao contrário do que sugere Arcanjo, não recorre a observações sistemáticas e rigorosas do fenômeno. Pelo contrário, Djacir Menezes não manuseia qualquer fonte primária e baseia todas suas conclusões a partir das obras escritas exatamente por aquelas gerações de ensaístas que vinham desde o século passado. Seus interlocutores privilegiados são seus colegas, vivos ou mortos, do IC, tais como Joaquim Alves, Joffily Irineu, Thomás Pompeu Sobrinho, Capistrano de Abreu, Antonio Bezerra,

Carlos Studart, Barão de Studart, e de outros institutos históricos, em especial, os dos estados nordestinos

Menezes, em seu discurso de despedida como conselheiro do CFC em 1986, explicita o ponto de vista de *O outro Nordeste*. Trata-se, diz ele referindo-se a Nordeste de Freyre, de dar uma “ideia do que estava do lado de lá: o cangaceiro, o rezador cruel, que anda, muitas vezes, transfigurado nessas apresentações em televisão, em literatura robinhesca” (MENEZES, 1986, p. 47).

Considerações Finais

A publicação de um livro de um jovem intelectual de província em uma prestigiada editora e em uma coleção que reunia intelectuais consagrados é sem dúvida um fato importante a ser investigado no âmbito sociológico. E o que a pesquisa revelou é que se Djacir Menezes de fato atuava em uma cidade situada na periferia intelectual do país, ele conseguiu superar as barreiras simbólicas e materiais e se posicionar no campo cultural nacional. E isto não ocorreu com a publicação de *O outro Nordeste*, pois, como visto, já tinha outras obras em importantes editoras. Mas foi com seu ensaio sociológico que conquistou um espaço invejável para qualquer intelectual brasileiro dos anos 1930.

Para tanto, contou tanto com o capital cultural incorporado, adquirido por meio da socialização na família e da graduação finalizada no Rio de Janeiro, incluindo o doutorado em Direito, bem como a rede de contatos que vai construindo juntos aos intelectuais locais, o que revela a sua entrada precoce no IC, e nacionais, como indicam o prefácio de Fernando de Azevedo e a escolha de seu livro por Freyre para a coleção que organizava.

Intelectual polígrafo, Djacir Menezes escreveu uma obra diversa e volumosa em uma década em um momento em que não se constituía no país um campo propriamente científico. Em um contexto marcado pelo ensaísmo que visava a interpretação da Nação, *O outro Nordeste* não foge a essa linhagem, ainda que tenha pretensões de se diferenciar ao se assumir como um estudo sociológico e científico. Contudo, não efetiva de fato esse rompimento, primeiro pela própria limitação da formação de Menezes, e segundo pela ausência de pesquisa empírica própria, limitando-se o autor a fazer revisão bibliográfica e a consultar os dados reunidos por seus colegas do IC, também eles sem formação disciplinar nas

ciências sociais.

Pode-se conjecturar que, uma vez isolado no conjunto da obra de Djacir Menezes, posto que logo em seguida o pensador vai se dedicar à filosofia do direito, área na qual se torna reconhecido nacionalmente, o ensaio sociológico *O outro Nordeste* não ganhou o mesmo destino que seu contemporâneo *Nordeste*, que alcançou sete edições, e que seu autor tenha caído no esquecimento entre os clássicos da sociologia brasileira. Ainda que o seu *Nordeste* seja o que até hoje habita o imaginário nacional, e não o das terras e águas fartas freyriano.

Referências

ADERALDO, Mozart Soriano. História Literária do Ceará (Dos “Oiteiros” ao Grupo Clã). **Revista do Instituto do Ceará**, p. 225-247, 1986.

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: o Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2021.

ARCANJO, José Carlos. O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djacir Menezes. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 27, n. 1, p. 73-83, 1996.

AZEVEDO, Sânzio de. A Academia Cearense de Letras. In: _____ (org). **Antologia da Academia Cearense de Letras**. Fortaleza: Tipogresso, 1994, p. 07-17.

_____. O Ceará e os grêmios literários. **Rev. de Letras**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 123-126, 1982.

BARBALHO, Alexandre. Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877. **Trajetos**, Fortaleza, v. 3, n.6, p. 139-150, 2005.

BATISTA, Karina Ribeiro. **A trajetória da Editora Globo e sua inserção no campo literário brasileiro nas décadas de 1930 e 1940**. (Tese) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BERNARDES, Denis. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, p 41-79, 2007

BEZERRA DE MENEZES, Geraldo. O mestre Djacir Menezes. **R. C. pol.**, Rio de Janeiro, n. 29, v. 3, p.7-8, 1986a.

_____. Homenagem a Djacir Menezes. Intervenção. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, ano 17, n. 62-65, 1986b.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. **Tempo social**, v. 22, p. 47-66, 2010.

BRITO, Luciana; MARTINS, Ricardo André Ferreira. A consolidação do campo literário cearense e do público leitor em fins do século XIX: o caso da Padaria Espiritual e outros grupos de homens de letras. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v. 14, n. 1, 2018, p. 425-443.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e Teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **RBCS**, v. 22 n. 65, p. 17-32, 2007.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO. **Djacir Menezes**

(1907-). Bibliografia e Estudos Críticos, Homenagem aos 80 anos. Salvador, 1988.

DOMINGUES, J. M.; ZIMMER, I. Alguns reflexos da legislação brasileira na Formação de Professores no nível elementar catarinense, 1946-1996. **Ensino & Multidisciplinaridade**, São Luís, v. 5, n. 1, p. 84-100, 2021.

FORTE, Vinícius Limaverde. **O Ponto de Vista Nortista: Capistrano de Abreu e a Constituição do Campo Intelectual Cearense.** (Dissertação) – Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

GALLEGOS, Miguel. La difusión enciclopédica de la psique en América Latina: diccionarios para la enseñanza (1916-2000). **Psykhé (Santiago)**, v. 27, n. 1, p. 01-20, 2018.

GIRÃO, Raimundo. Instituto do Ceará. **Revista da Academia Cearense de Letras**, n. 26, p. 287-289, 1954.

GRILL, Igor; REIS, Eliana. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar.** Interseções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

JOHNSON, Randal. A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945). **Revista USP**, n. 26, p. 164-181, 1995.

LIMA, Filgueiras. Função social e política das academias. **Revista da Academia Cearense de Letras**, n. 25, p. 112-117, 1953.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que Pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.

MARTINS, Maro Lara. Pensamento Social e História da Sociologia no Brasil: notas metodológicas. In: (Org). **Intelectuais cultura e democracia:** São Paulo: Perse, 2018

MENESCAL, Ana Alice. A história trazida à luz: O Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos indígenas. **Tarairú**, v. 1, n. 4, 2012, p. 46-63.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste.** Fortaleza: UFC, 1995

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste.** Fortaleza: Fund. Waldemar Alcântara, 2018.

MENEZES, Djacir. Homenagem a Djacir Menezes. Intervenção. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, ano 17, n. 62-65, 1986.

MENEZES, Djacir. 50o. aniversário de fundação da livraria José Olympio. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, n. 42, p. 11-18, 1981

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a historiografia brasileira. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10, p. 06-24, 2012.

NOBRE, Geraldo. Gênese do Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial, p. 37-43, 1977.

PAIM, Antônio. Revisitando Djacir Menezes. **Revista do Instituto Histórico**, p. 289- 295, 1999.

ROCHA FILHO, J. Dias da. Vida do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro (1740- 1831). **Revista do Instituto do Ceará**, p. 03-153, 1916.

RODRIGUES, Jaime; MIRANDA, Marcia Eckert; DE ALMEIDA TOLEDO, Maria Rita. O acervo da

Companhia Editora Nacional: negociação, organização e potencial para pesquisa histórica. **Revista de fontes**, v. 2, n. 3, p. 61-69, 2015.

SANTIROCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Reflexão**, v. 42, n. 2, p. 161-181, 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, São Paulo, v. 82, p. 11-16, 2011.

SIMÕES, David. Pensar o pensamento: síntese de uma proposta de investigação. **Teoria e Pesquisa**, v. 24, n. 1, p. 03-11, 2015.

SUCUPIRA, Luís. A comunidade e o Instituto do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial, p. 60-62, 1977.